



Projeto obriga estados e municípios a realizarem leilões eletrônicos para reduzir os juros pagos na contratação das antecipações de receitas orçamentárias (ARO)

Autorizações para empréstimos devem ganhar novas regras

Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem substitutivo do senador Wilson Kleinübing modificando critérios para aprovação de pedidos de créditos internos e externos. Projeto ainda será votado em regime de urgência pelo plenário



ACM quer votar logo a LDO

Senador pediu aos líderes partidários um acordo para votação nos dias 29 e 30 deste mês. **Página 8**

NESTA EDIÇÃO

Plenário aprova rolagem de dívidas

Senadores votaram autorização para operações que beneficiam o estado do Rio de Janeiro e o município de São Paulo.

PÁGINA 3

CCJ discute hoje o voto distrital misto

Substitutivo reserva 75% das vagas da Câmara para candidatos eleitos em distritos. Idéia é coibir abuso econômico.

PÁGINA 3

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem substitutivo definindo novos procedimentos para que sejam autorizados empréstimos para a União, os estados e os municípios. O projeto, de autoria do senador Wilson Kleinübing, pretende evitar que ocorra um endividamento superior ao recomendável, o que acontece

atualmente. As mudanças, inspiradas em projeto de resolução do senador Espiridiano Amin, ainda precisam ser aprovadas pelo plenário. A principal delas obriga a realização de leilões eletrônicos nas chamadas antecipações de receitas orçamentárias (ARO). A medida deverá reduzir a carga de juros paga nestas operações. **Página 4**

Prêmio Cruz e Sousa divulga os vencedores

PÁGINA 7

Agenda

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno do substitutivo à PEC nº 2/95, que dispõe sobre imunidade parlamentar; votação, em primeiro turno, das PECs nºs 23 e 39/96, que dispõem sobre inelegibilidade; segundo dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; *PDL nº 122/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Fabrisa de Cassilândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cassilândia (MS); *PDL nº 123/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora "ABC" Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo André (SP); *PDL nº 125/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Prudente (SP); *PDL nº 137/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cidade Jandaia do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jandaia (PR); *PDL nº 139/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí (SC); *Parecer nº 315/98, que dispõe sobre a Mensagem nº 148/98, mediante a qual o presidente da República submete à deliberação do Senado Federal o nome de Carlos Alberto Reis de Paula, juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede em Belo Horizonte (MG), para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de ministro togado, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Orlando Teixeira da Costa e reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista; *Parecer nº 316/98, que dispõe sobre a Mensagem nº 156/98, através da qual o presidente da República submete à deliberação do Senado Federal o nome de Gelson de Azevedo, juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre (RS), para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de ministro togado, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Manoel Mendes de Freitas e reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista; *Mensagem nº 144/98, que submete à deliberação do Senado o nome de Paulo Dyrceu Pinheiro, ministro de primeira classe da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto a Cingapura, e *Mensagem nº 161/98, que submete à deliberação do Senado o nome de Sérgio Barcellos Telles, ministro de primeira classe da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Líbano.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 52/95, que suprime o § 3º do artigo 199 da Constituição, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PEC nº 25/96, que inclui o art. 74 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente a plebiscito em 1998, quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos; *PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; *PEC nº 31/96, que suprime os §§ 2º e 3º do art. 223 da Constituição federal, referentes a outorga e renovação de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; *PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil (factoring); *PLC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935, de 18/11/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro; *PEC nº 43/96, que altera o art. 45 da Constituição (sistema eleitoral distrital misto); *PLS nº 171/96, que estabelece normas de acesso ao Sial e outros sistemas de informações de órgãos públicos; *PLS nº 252/96, que inclui as pessoas solteiras, viúvas, separadas ou divorciadas no rol de beneficiárias da impenhorabilidade estabelecida pela Lei nº 8.009, de 29/3/90; *PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; *PLS nº 38/97, que torna obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária, dos candidatos nas cédulas eleitorais e painéis de urnas eletrônicas; *PLS nº 228/97, que

dispõe sobre a divulgação, pelos veículos de comunicação de massa, de produtos e serviços relacionados a sexo e a erotismo; *PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados; e *PLC nº 16/98, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de primeiro grau da 4ª Região. Sala 5 da Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 101/94, que acrescenta parágrafo único ao artigo 846 da CLT para permitir, na ausência de acordo, o julgamento imediato das reclamações de natureza unicamente salarial; *PLC nº 135/94, que dá nova redação ao § 1º do artigo 651 da CLT; *PLS nº 291/97, que cria o Adicional de Melhoraria Ambiental (Ama), incidente sobre os preços de venda de combustíveis fósseis, e o Fundo de Apoio à Melhoraria Ambiental (Fama); *PLS nº 131/96, que dispõe sobre a linguagem brasileira de sinais; *PLS nº 329/95, que dispõe sobre a movimentação das contas individualizadas do FGTS, pelos servidores públicos, quando houver mudança de regime jurídico; *PLS nº 01/95, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas e Industriais; *PLS nº 58/97, que dispõe sobre a obrigatoriedade da flocuração de sal; e *PLS nº 175/96, que dispõe sobre a interrupção do contrato individual de trabalho por tempo determinado, decorrente da licença-emprego motivada por dificuldade econômica ou financeira da empresa. Sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Relatório às emendas apresentadas ao PDL referente às contas do presidente da República de 1996; relatório à *Mensagem nº 100/98-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional o Aviso 29/98, do ministro de Minas e Energia, com esclarecimentos sobre o subprojeto de responsabilidade da Elettronorte, a construção da Usina Hidrelétrica Manso; e relatório apresentado às *Mensagens nºs 138 e 140, que submetem à deliberação do Congresso Nacional os Avisos nºs 83/98 e 134/98, que prestam esclarecimentos sobre subprojetos de responsabilidade do Ministério dos Transportes, nos termos do parágrafo 1º do art. 5º da Lei nº 9.599 (Lei Orçamentária do exercício de 1998). Plenário 2, Anexo II - Câmara dos Deputados

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *Mensagem nº 145/98, submetendo o nome do diplomata Marco Paulo de Oliveira Dias para, cumulativamente com o cargo de embaixador junto à Bélgica, exercer o cargo de embaixador no Grão-Ducado do Luxemburgo; *Mensagem nº 170/98, submetendo o nome do diplomata Roberto Soares de Oliveira para, cumulativamente com o cargo de embaixador junto à Suíça, exercer o cargo de embaixador junto ao Principado de Liechtenstein; *Mensagem nº 179/98, submetendo o nome do diplomata Orlando Galvêas Oliveira para exercer o cargo de embaixador na Namíbia; *Mensagem nº 180/98, submetendo o nome do diplomata Antonio Augusto Dayrell de Lima para exercer o cargo de embaixador na Austrália; *Mensagem nº 22/98, que aprova o texto do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBT, concluído em Nova York, em 24 de setembro de 1996. Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 012/97, que dispõe sobre estágios de estudantes; *PLC nº 061/97, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a política nacional de educação ambiental; *Emendas nºs 1 e 2 de plenário ao PLS nº 079/95, que dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação; *PLS nº 147/96, que fixa critérios para aplicação dos recursos do crédito educativo; *PLS nº 263/95, que dispõe sobre a educação a distância; e *PDL nº 124/95, que renova a permissão outorgada à Rádio Terra FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia (GO). Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Exposições dos ministros Paulo Renato, da Educação, e Edward Amadeo, do Trabalho. Sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho

ESPECIAL

11h - Cerimônia de inauguração da Fábrica de Software e Laboratório Vivo do Legislativo. Via N 2 - Unidade de Apoio 2 (em frente ao Serviço Médico do Senado Federal)

Cultura ao Meio-Dia

Filme: Jenipapo, de Monique Gardenberg. Auditório Petrólio Portella

Senado inaugura hoje laboratório e fábrica de software

O presidente do Senado, senador Antonio Carlos Magalhães, inaugura hoje, às 11h, o Laboratório Vivo do Legislativo, que abrange a Fábrica de Softwares e o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Produsen). Com esse laboratório, o Senado passa a contar com uma ferramenta poderosa para a criação de soluções adequadas e específicas para o trabalho desenvolvido no âmbito legislativo.

Com esse novo sistema, a participação dos servidores, mesmo aqueles que não tenham o menor conhecimento de informática, é fundamental

para a identificação dos problemas. Todos poderão participar na busca de soluções, pois o sistema conta com programas auto-explicativos e profissionais do Produsen para desenvolver a solução mais adequada para cada problema. Os benefícios vão desde a redução de custos até o aumento da produtividade.

O Laboratório Vivo será apresentado a autoridades, profissionais de informática, professores universitários, empresários do setor, coordenadores dos setores de informática de órgãos públicos e imprensa.

Goiás e Minas agradecem duplicação de eixo rodoviário

Os governadores Naptali Alves de Souza, de Goiás, e Eduardo Azeredo, de Minas Gerais, acompanhados das bancadas desses dois estados em Brasília, serão recebidos hoje, às 15 horas, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A audiência, confirmada pelo Palácio do Planalto ao relator da Comissão Especial do Corredor Centro-Leste, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), servirá para agradecer a inclusão da duplicação do eixo rodoviário Goiânia-Minas-São Paulo entre as obras prioritárias da segunda etapa do programa Brasil em Ação.

O senador - que vem coordenando as ações políticas pela duplicação - acredita que a economia de Goiás estará capacitada para dar o salto de

desenvolvimento que será exigido na virada do século. Ele destacou o fim de barreiras de infra-estrutura que ainda vêm inibindo a atração de grandes investimentos, como o sistema ferroviário do corredor Centro-Leste, o polídoto Paulínia-Goiânia e o porto fluvial de São Simão, que já estão operando normalmente. Outras barreiras que deverão ser quebradas são o gasoduto Brasil-Bolívia e a ferrovia Norte-Sul.



Mauro Miranda

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Robsevel Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Pedidos feitos pelo governo fluminense e pela prefeitura paulistana para o alongamento do perfil de suas dívidas receberam pareceres favoráveis do relator, Gilberto Miranda, que acolheu apenas emenda do senador Romero Jucá

Senado rola dívidas de Rio e São Paulo

O Senado aprovou ontem a rolagem das dívidas mobiliárias do estado do Rio de Janeiro e do município de São Paulo, autorizando, ainda, a elevação temporária do endividamento do município de Ferraz de Vasconcelos (SP), no âmbito do programa Pró-Saneamento.

Com parecer favorável do senador Gilberto Miranda (PFL-AM), o Senado aprovou a rolagem de 1,75 trilhão de Letras Financeiras do Tesouro do Rio de Janeiro, com vencimento no segun-

do semestre do corrente ano. "O grande número de títulos se deve ao fato de as emissões terem sido realizadas em 1993, quando a moeda vigen-

te ainda era o cruzeiro. O valor financeiro desses títulos, em 31 de março último, representava cerca de R\$ 887 milhões", explicou Miranda

em seu relatório.

O Senado aprovou, também com parecer favorável do senador Gilberto Miranda, a rolagem de cerca de 160 milhões de Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo, com vencimento durante o segundo semestre do corrente ano. Em 31 de março último, os títulos estavam orçados em R\$ 6,69 bilhões. "A operação resultará num alongamento do perfil da dívida mobiliária municipal com 46% dos títulos a serem resgatados em 1999 e, progressivamente,

apenas 6,5% em 2003", explicou Miranda.

O relator acolheu uma emenda, do senador Romero Jucá (PFL-RR), obrigando o município de São Paulo a informar o Senado sobre todos os resgates e revendas dessas letras financeiras. O último item da pauta aprovado ontem foi a autorização para o aumento do endividamento do município de Ferraz de Vasconcelos (SP), no valor de R\$9,5 milhões, em operação de financiamento junto à CEF, para a canalização e drenagem do córrego Itaim.

Miranda: decisão permite o alongamento do perfil da dívida paulistana



Aprovada indicação de Gilson Dipp para o STJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem, por unanimidade, o parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) à indicação do juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, Gilson Langaro Dipp, para ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Américo Luz. A proposta já recebeu a aprovação do Judiciário e agora será submetida ao plenário do Senado.

deria ser simples em uma causa demorada e onerosa. Sem tirar o livre acesso da população à Justiça, afirmou Gilson Dipp, só o Congresso pode reduzir as possibilidades de recursos que considera "absurdos".

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) perguntou a opinião do juiz sobre a proposta de emenda constitucional que traba-

vinculante, que considera um paliativo emergencial e transitório, para acabar com inúmeras distorções. Esse instrumento jurídico, conforme o juiz, só deve ser empregado para matérias consolidadas nas áreas de tributação, administrativa e previdenciária. Mesmo assim, é preciso que se crie um mecanismo de revisão para o efeito vinculante, que poderá ser



A indicação de Dipp, aprovada por unanimidade pela comissão, será apreciada pelo plenário

ta do efeito vinculante, que está tramitando na Câmara depois de aprovada no Senado, e também sobre os juizados de pequenas causas. Dipp lembrou que a Constituição de 1988 tornou a Justiça mais acessível ao povo brasileiro na defesa da sua cidadania, mas observou que as deficiências internas e externas não permitiram ao Judiciário atender a esse nível de demandas.

Dipp fez a defesa da súmula

solicitado pelo juiz de primeira instância, até o Supremo.

Quanto aos juizados especiais, Gilson Dipp afirmou já estar mais que provada a eficácia dos juizados de pequenas causas do ponto de vista da rapidez e do barateamento dos custos processuais.

Os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Francelino Pereira (PFL-MG) também participaram da arguição.

Voto distrital estará em pauta hoje na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve apreciar hoje substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a proposta de emenda à Constituição de autoria do senador licenciado José Serra (PSDB-SP) que institui o sistema eleitoral distrital misto. Esse é um dos 48 itens que integram a pauta da reunião da CCJ, prevista para começar as 10 horas.

A proposta de Serra estabelece que parte dos lugares na Câmara dos Deputados será destinada a representantes eleitos em distritos uninominais, sendo os lugares restantes preenchidos pelos candidatos eleitos pelas respectivas legendas partidárias. Em seu substitutivo, Fogaça define que 75% das vagas serão destinadas a representantes eleitos nos distritos, pelo critério majoritário. As 25% restantes serão destinadas aos eleitos pelo sistema proporcional. "A restrição do espaço de atuação imposta pela menor circunscrição eleitoral dificultará a prática de corrupção, levando-se em conta que a maior aproximação dos eleitores poderá detectar mais facilmente sinais de irregularidade", opinou o relator.

Outra vantagem, no enten-

der de Fogaça, é que será mais fácil fiscalizar o abuso do poder econômico na hora da conquista dos votos, já que o excesso da aplicação de recursos em áreas restritas gerará desconfianças. "O eleito também atuará com mais espírito público, pois deverá agir em razão da vontade da maioria do seu eleitorado", previu o relator.

Em seu substitutivo, Fogaça incluiu um parágrafo único ao artigo 45 da Constituição federal, determinando que o Tribunal Superior Eleitoral defina o mapeamento dos distritos eleitorais em todo o país até seis meses antes de cada eleição, deixando para a lei ordinária a decisão sobre se o voto será por lista ou aberto.

Atualmente, a Câmara dos Deputados é integrada por representantes eleitos pelo sistema proporcional em cada estado e no Distrito Federal. O total de deputados de cada unidade da Federação é estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, sendo que o número de representantes não pode ser menor que oito ou maior que 70.

Comissão de Assuntos Econômicos aprova substitutivo de Vilson Kleinübing alterando critérios para que o Senado autorize operações de crédito da União, dos estados e dos municípios

Empréstimos terão novas regras

O Senado deve adotar em breve novas regras para aprovação de operações de crédito interno e externo, competência privativa da Casa, segundo a Constituição. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), responsável por instruir todos os pedidos de empréstimo, aprovou substitutivo do senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) definindo procedimentos para aceitar ou não novos financiamentos para a União, estados e municípios. A proposta deverá ser apreciada agora pelo plenário do Senado.

Desde 1996, a CAE já constata a existência de várias lacunas na legislação, que permitiam aos estados e municípios endividamento em nível superior ao recomendável — afirmou o relator. O pare-



Kleinübing: proposta importante

cer de Kleinübing levou em conta, principalmente, projeto de resolução do senador Esperidião Amin (PPB-SC), que elaborou proposta para sanar as deficiências detectadas.

Entre as inovações introduzidas pelo substitutivo de Kleinübing, que agora segue para vo-

tação em regime de urgência no plenário da Casa, está a obrigatoriedade de realização de leilões eletrônicos na contratação de operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias (ARO). "Assim poderemos acabar com o absurdo das ARO, operações que têm um custo médio de 45% a 50% acima do custo do *hot money*, que já é mais que escorchante", afirmou Amin.

NOVAS REGRAS

Para Kleinübing, a Resolução 69/95, apesar de listar diversas exigências, na prática permite a abertura de sucessivas exceções que viabilizam a aprovação dos pleitos, mesmo que não cumpram condições técnicas. "Da exceção ao descumprimento de regras menos importantes passou-se ao descumprimento de regras mais

importantes", afirma Kleinübing, que há muito tempo pede a revisão dessas normas, especialmente depois da CPI dos Precatórios.

Os governadores e secretários de Fazenda devem estudar cuidadosamente as novas regras, pois elas mudam a cultura orçamentária e os padrões éticos do gerenciamento dos recursos dos estados — disse o senador José Fogaça (PMDB-RS).

O senador Bello Parga (PFL-MA) concorda com Fogaça: "A atuação dos gestores das finanças públicas de estados e municípios ganha melhores condições. É uma mudança para melhor". Para o senador Gilberto Miranda (PFL-AM), o substitutivo de Kleinübing é uma das propostas mais importantes já aprovadas pelo Senado.



Amin: acordos viabilizados

Devedores já podem renegociar com o Brasil

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei da Câmara, que autoriza o governo federal a renegociar as dívidas dos países que devem ao Brasil nos termos dos parâmetros estabelecidos pelo Clube de Paris.

Segundo o relator da proposta, senador Esperidião Amin (PPB-SC), os créditos estão sendo vendidos no mercado secundário com descontos de até 97%, como é o caso de papéis do Suriname. O projeto segue para votação em plenário, em regime de urgência.

Os empréstimos brasileiros foram originários de financiamentos à exportação concedidos principalmente nas décadas de 70 e 80. Os parâmetros do Clube de Paris — associação dos principais bancos privados europeus — estabelecem, desde 1994, reduções de até 64% da dívida de seus devedores, por meio do cancelamento do principal e da aplicação de taxa de juros reduzida. Além disso, os bancos exigem que esses países negociem condições menos favoráveis com outros credores. "Tais parâmetros tornaram inviável a celebração de acordos senão nas condições fixadas pelo Clube de Paris", justificou o senador Amin.

Projeto que corrige lei agrícola é aprovado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável ao projeto de lei da Câmara, que estabelece normas mais rígidas para controle da saúde de animais e vegetais, além das condições sanitárias de insu- mos agrícolas. "A medida corrige a lei agrícola para atualizar o país ao mercado globalizado", argumentou o relator da matéria, senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Segundo Osmar Dias, a proposta, de autoria do deputado Odélio Leão (PPB-MG), é importante para proteção dos consumidores, dos produtores e da própria economia interna. "O projeto assegura o correto desenvolvimento das atividades rurais, para a saúde da população consumidora, para um sadio meio ambiente e para a expansão do comércio mundial de produtos agropecuários", justificou o senador.

A proposta define as medidas de vigilância e fiscalização dos produtos do campo. "Sem medidas desse tipo, entraram no país doenças como o cancro cítrico, a peste suína africana e o bocado do al-



Osmar: combate a doenças

godão, no Nordeste. O efeito das doenças na atividade agrícola teve forte impacto econômico e social, desempregando pessoas antes ligadas a essas culturas", disse Osmar Dias.

O senador informou ainda que o Brasil, como membro da Organização Mundial de Comércio, já assinou acordos que estabelecem regras internacionais sobre medidas sanitárias em relação ao comércio externo. "Essa lei pode nos deixar em igualdade de condições com o Mercado Econômico Europeu e a Associação Norte-Americana para Livre Comércio (Nafta), que inclusive usam essas exigências como argumentos para retaliações comerciais", afirmou Osmar Dias.

Tebet relator projeto e aposta que ele reaquecerá o Proálcool



Sancionada lei para troca da frota oficial

O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou, com três vetos, a lei que determina a substituição dos carros oficiais por veículos movidos a álcool ou a outros combustíveis renováveis. Pela lei, o poder público terá cinco anos para substituir gradualmente a sua atual frota, quase toda de carros a gasolina.

A matéria foi aprovada pelo Senado no último dia 26 de maio. Segundo o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que relator o projeto na Comissão de Constituição e Justiça, a medida contribuirá para "a reativação do Proálcool, grande gerador de empregos no país". Espera-se que ela

ajude ainda a reduzir o grande volume de álcool mantido no momento em estoque pelas usinas.

O presidente da República vetou o artigo que assegurava desconto para os representantes comerciais na compra de veículos movidos a combustíveis renováveis. Outro veto retira a obrigatoriedade de produção de carros a álcool similares aos modelos a gasolina existentes no mercado.

O presidente Fernando Henrique Cardoso vetou, finalmente, o artigo que faria a lei entrar em vigor na data de sua publicação no *Diário Oficial*. O governo quer um prazo de 45 dias para regulamentar o assunto.



Na sessão de ontem, a comissão também aprovou parecer favorável a empréstimo de US\$ 76,5 milhões em favor da prefeitura de Porto Alegre

Senadores acolhem pedido do governo federal para contratar; junto ao Banco Mundial, operação de crédito destinada à implementação do programa nacional de saneamento público

CAE aprova empréstimo de US\$ 150 milhões

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), aprovou ontem parecer favorável à mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso solicitando autorização para contratação de operação de crédito externo de US\$ 150 milhões entre o Brasil e o Banco Mundial. O empréstimo vai financiar programa de modernização de saneamento no país.

O relator da matéria, senador Bello Parga (PFL-MA), disse que o programa é de interesse do Ministério do Planejamento e vai melhorar os serviços de saneamento público de água e esgoto. O programa de saneamento abrange governos estaduais e municipais de todo o país, e o seu custo total é de US\$ 300 milhões.

O empréstimo será pago em 20 parcelas semestrais e consecutivas, sendo que a última prestação vencerá em 2013. Bello Parga pediu que o projeto tramite em regime

de urgência por tratar de mensagem presidencial para crédito externo.

Outro item aprovado pela CAE foi o parecer favorável do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a pedido de operação de crédito externo, com garantia da União, para a prefeitura municipal de Porto Alegre. O empréstimo, no va-

Financiamento permitirá melhorar sistemas de distribuição e tratamento de água e esgoto de estados e municípios de todo o país

lor de US\$ 76,5 milhões, é do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O relator e muitos dos senadores da CAE consideraram o pedido justo, pois a prefeitura de Porto Alegre, administrada pelo PT, apresentou certidões negativas de débito junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e à Dívida Ativa da União, bem como quitação de tributos e contri-

buições federais administradas pela Secretaria da Receita Federal. Além disso, a prefeitura gasta com pessoal 37,62% de sua receita corrente líquida, obedecendo a legislação em vigor.

Defenderam o pedido de empréstimo de Porto Alegre os senadores Esperidião Amin (PPB-SC), Pedro Simon (PMDB-RS), José Fogaça (PMDB-RS), Gilberto Miranda (PFL-AM), Vilson Kleinübing (PFL-SC) e o próprio Pedro Piva, na presidência da comissão.

Apesar de defender o empréstimo, Esperidião Amin salientou que votaria em confiança aos apelos de Simon e de acordo com o próprio relatório de Dutra, observando que o parecer do relator contraria, em vários tópicos, as "afirmativas supostamente objetivas do Banco Central" sobre a avaliação da receita do município. Para Amin, seu voto foi "judicioso".

Jefferson Péres (PSDB-

AM), que se absteve na votação, disse que precisaria de mais informações da Secretaria do Tesouro Nacional e do Banco Central sobre as contas de Porto Alegre para poder votar a matéria. O único voto contrário foi do senador Lauro Campos (PT-DF), que alertou para a tendência do país de, cada vez mais, aumentar sua dívida externa.

Os recursos do BID vão financiar parcialmente o programa de desenvolvimento municipal de Porto Alegre. Uma das obras que o governo municipal espera construir com a ajuda externa desse empréstimo é a Avenida Perimetral, com via exclusiva para ônibus e com extensão total de 12,3 quilômetros.

Já o projeto que institui normas reguladoras do trabalho rural, da deputada Lúcia Braga, foi rejeitado pela comissão. O parecer do relator, senador Osmar Dias (PSDB-PR), defendendo a rejeição do projeto, foi aprovado por unanimidade.

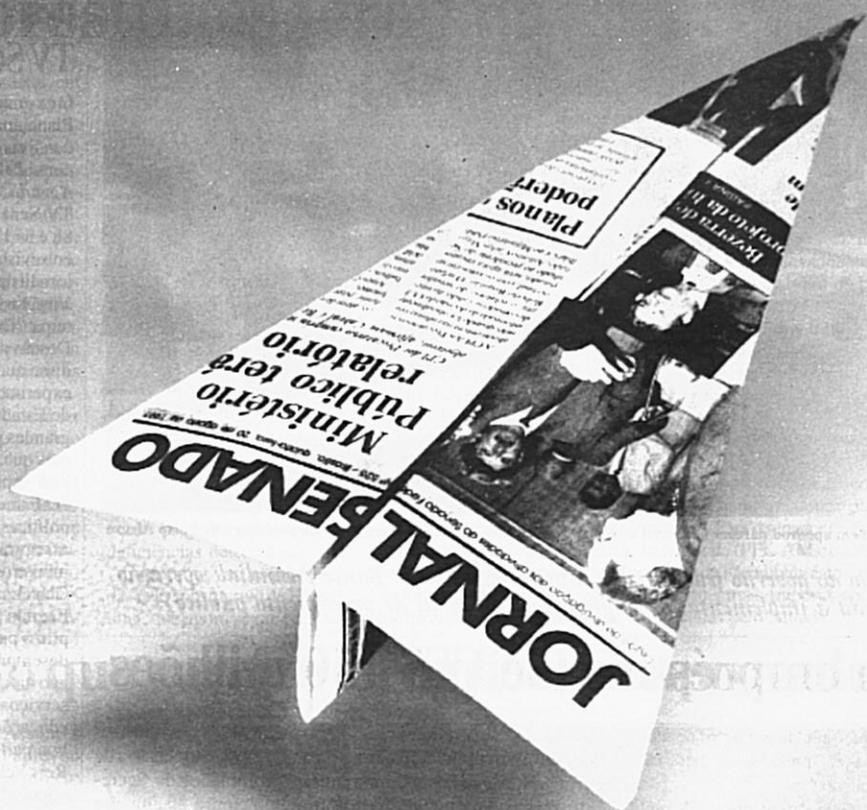
Reis Velloso fala sobre desemprego na TV Senado

O ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso é o convidado do programa *Agenda Econômica*, que a TV Senado exibe hoje às 8h e às 19h30. Reis Velloso, entrevistado pelos jornalistas Helival Rios e Virgínia Galvez, discutiu o tema "Desemprego e Desenvolvimento". Ele disse que o Brasil já experimentou um modelo de Estado realizador de grandes programas sociais, mas que, hoje, este modelo está superado.

"O Estado precisa definir políticas estratégicas", assegura Velloso, que foi ministro do governo Ernesto Geisel, na década de 70. Ele não vê solução a médio prazo para a questão do desemprego brasileiro, mas aposta que a expansão dos serviços de saúde e educação pode absorver boa parte da mão-de-obra. Reis Velloso também concorda com a expressão "década perdida" (referência aos anos 80, quando a economia brasileira cresceu em níveis muito baixos) e defende investimentos para melhorar a competitividade da indústria nacional e assim aumentar as exportações.

CPI do Trabalho ouve ministros

Dois ministros de Estado, da Educação e do Trabalho, falam hoje na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o trabalho infantil. As exposições dos ministros Paulo Renato Souza e Edward Amadeo devem ter início às 17 horas.



A INFORMAÇÃO DIRETA, SEM ESCALAS

O Jornal do Senado viaja a bordo de todos os primeiros vôos que saem de Brasília. Seu objetivo é encurtar a distância entre a versão e os fatos. Diariamente oferece ao cidadão uma

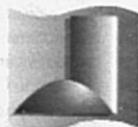
visão ampla e precisa do que acontece no Senado Federal. Sem intermediários. Com a notícia imparcial, direta da origem. E a garantia de que a informação não se perde no espaço.

EMBARQUE NOS ACONTECIMENTOS COM SEGURANÇA. LEIA O JORNAL DO SENADO

SUA OPINIÃO VIRA NOTÍCIA. ESCREVA PARA O JORNAL DO SENADO.

Prça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º andar, CEP 70.165-920
e-mail: jornal@senado.gov.br

NOSSOS AGRADECIMENTOS A: LIDER TAXI AÉREO - TAM - TRANSBRASIL - VARIG - VASP



Autores de trabalhos escolhidos receberão, cada um, o prêmio de R\$ 10 mil em sessão solene do Congresso Nacional

Anunciados vencedores do Prêmio Cruz e Sousa

A comissão julgadora do Prêmio Cruz e Sousa de Monografia, promovido pelo Congresso Nacional em homenagem ao poeta catarinense falecido há 100 anos, anunciou ontem os trabalhos vencedores: na categoria geral, Cruz e Sousa - *Simbolismo como Transculturalismo*, de Luís Cláudio Ribeiro; e na categoria estudante, Cruz e Sousa, *Sol Negro*, de Carlos Alberto S. Martins. Os vencedores receberão, cada um, o prêmio de R\$ 10 mil, em sessão solene do Congresso Nacional que deverá ser convocada com esta finalidade, possivelmente em agosto.

A comissão julgadora do prêmio foi presidida pelo senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) e contou com a participação do senador Esperidião Amin (PPB-SC), do



Abdias presidiu a comissão

deputado Paulo Gouvêa, do professor Iaponam Soares de Araújo, e do poeta e escritor Gerardo de Melo Mourão. Abdias destacou a importância do resgate da obra de Cruz e Sousa:

— Preenchemos a necessidade da comunidade afro-brasileira de marcar a obra de Cruz e Sousa como digna representante da África no Brasil.

MENÇÕES

A Categoria Geral, analisada por Gerardo de Melo Mourão, e à qual concorreram 57 trabalhos, conferiu ainda quatro menções honrosas. O senador Esperidião Amin elogiou a qualidade do trabalho e do relatório produzido por Melo Mourão, solicitando que este seja o prefácio da publicação dos trabalhos pelo Senado.

— Se o trabalho de Cruz e Sousa precisasse de testemunho que enaltescesse sua obra o conseguiria no relatório do poeta Gerardo de Melo Mourão e no trabalho vencedor — assinalou Amin.

Concorreram ao prêmio na Categoria Estudante 19 monografias, tendo sido conferida menção honrosa ao ensaio *Vida, Obra e Legado de um Gênio*, de autoria de Jairo Amparo.

cargo de embaixador na Bélgica e em Luxemburgo. Roberto Soares-de-Oliveira, caso seja aprovado pelo Senado, deve ser embaixador junto à Suíça e ao Liechtenstein.

Também serão apreciados os nomes dos diplomatas Orlando Galvêas de Oliveira e Augusto Dayrel de Lima, respectivamente, para exercerem os cargos de embaixadores junto à Namíbia e à Austrália.



Marina Silva é autora do projeto sobre educação à distância

Comissão vota mudança no crédito educativo

Quatro projetos, entre os quais um sobre educação à distância e outro sobre aplicação dos recursos do crédito educativo, deverão ser votados em caráter terminativo pela Comissão de Educação, em reunião prevista para hoje, às 11h. Constam ainda da pauta oito projetos com tramitação não terminativa, sendo cinco deles relativos à renovação de concessão ou permissão para exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Entre os projetos que serão votados definitivamente pela comissão, salvo recurso para sua apreciação em plenário, está o que trata da educação à distância, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC). Pelo projeto, que recebeu parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), com emendas, a educação à distância deverá ser incentivada pelo poder público como meio de democratização do acesso à educação em todos os níveis e modalidades de ensino e na educação continuada.

Outra matéria que será apreciada em caráter terminativo é o substitutivo do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) a pro-

jecto do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA) que fixa critérios para aplicação dos recursos do crédito educativo. De acordo com o substitutivo, os recursos destinados ao Programa de Crédito Educativo serão aplicados por grandes regiões, como tal definidas pelo IBGE, buscando compensar as diferenças do número de estudantes de nível superior em relação à população.

Um terceiro projeto a ser examinado terminativamente cria um serviço de atendimento ao público nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Finalmente, deverá ser votado em caráter terminativo, pela Comissão de Educação projeto do senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) que insere, no *Livro dos Heróis da Pátria*, os nomes de João de Deus Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas Torres, líderes da Conjuração Baiana de 1798. O parecer, do senador Lúcio Alcântara, é favorável.

CRE examina proibição de testes nucleares

A Comissão de Relações Exteriores do Senado (CRE) reúne-se hoje, às 10h, em caráter extraordinário, para examinar quatro mensagens presidenciais com indicações de nomes de embaixadores e o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares

(CTBT), concluído em Nova Iorque, em 1996. O tratado recebeu parecer favorável do relator, senador José Agripino (PFL-RN).

O diplomata Márcio Paulo de Oliveira Dias foi indicado pelo presidente da República para, cumulativamente, exercer o

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre a imunidade parlamentar

8h - *Agenda Econômica* - com a participação do ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, que discute sobre o desemprego e o desenvolvimento

9h30 - Entrevista com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre a imunidade parlamentar

10h - Comissão de Assuntos Econômicos: audiência pública com o presidente do Banco Central, Gustavo Franco (vivo)

Logo após - Comissão de Constituição e Justiça (gravado)

14h30 - Sessão plenária deliberativa (vivo) - segundo dia de discussão em segundo turno da proposta que altera a imunidade parlamentar

18h45 - Entrevista com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre a imunidade parlamentar

19h30 - *Agenda Econômica* - com a participação do ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, que discute sobre o desemprego e o desenvolvimento

20h30 - *Telegoverno Hoje*

20h40 - *Senado em Pauta*

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - *Telegoverno Hoje*

0h40 - *Senado em Pauta*

1h - Debate - com a participação do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) e o diretor da TV Cultura de Ouro Preto sobre a programação das TVs educativas

2h - *Jornal da Amazônia*

2h15 - *Senado em Pauta*

2h30 - *Fala, Cidadão*

6h30 - *Telegoverno Hoje*

6h40 - *Senado em Pauta*

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa *Fala, Cidadão*

RÁDIO SENADO

7h30 - *Jornal do Senado* (1ª edição)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

13h30 - *Jornal do Senado* (2ª edição)

14h15 - *Plenário em Revista*

14h30 - Sessão plenária

19h - *A Voz do Brasil*

22h30 - *Jornal do Senado* (3ª edição)

0h - Retransmissão da sessão plenária

1h30 - Música e informação até às 7h30

O presidente do Congresso Nacional solicitou aos líderes partidários empenho pela votação até o dia 30 do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, cuja apreciação é necessária para o início do período de recesso do Poder Legislativo

ACM pede acordo para votação da LDO

CAS reúne-se hoje com 12 itens na pauta

Para examinar pauta com 12 itens, a Comissão de Assuntos Sociais se reúne hoje, às 10 horas. São nove projetos de lei, que podem ter decisão terminativa na comissão, entre eles o da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais – linguagem específica dos surdos – como meio legal de comunicação e expressão no país.

Entre os projetos de decisão não terminativa – exigindo votação posterior em plenário – figuram duas propostas já aprovadas pela Câmara dos Deputados que modificam artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O primeiro, de autoria do deputado Jurandir Paixão, permite que o presidente da Junta de Conciliação decida sobre reclamações salariais, mesmo que não haja acordo entre empregado e empregador. A relatora na comissão é a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), que elaborou parecer pelo arquivamento da matéria.

O segundo projeto modifica o artigo 651, definindo como Junta competente para o dissídio de viajantes comerciais aquela a que o empregado estiver subordinado, e não mais a do domicílio da empresa empregadora. O projeto é de autoria do deputado Carlos Cardinal

e tramita na CAS com parecer do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) recomendando sua aprovação.

Também com parecer favorável do senador João França (PPB-RR), a CAS aprecia projeto do senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) concedendo permissão ao trabalhador para utilizar seu FGTS na compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e não mais apenas no Sistema Financeiro de Habitação, como prevê a atual legislação.

Em sua justificativa, Cafeteira argumenta que o projeto visa sanar uma injustiça: a proibição do uso dos recursos do FGTS em sistemas de financiamento diferentes do SFH. "Reformo especialmente aos participantes de entidades fechadas de previdência privada, que estão expressamente autorizadas a financiar imóveis para seus associados, que, no entanto, não podem utilizar o FGTS de sua propriedade para abater seus saldos devidos ou prestações."

A CAS também vota o projeto que obriga a fluoretação do sal, o que cria o adicional de melhoria ambiental incidente sobre a venda de combustíveis fósseis e o que trata da interrupção do contrato de trabalho individual por tempo determinado, decorrente da licença do emprego motivada por dificuldade econômica e financeira da empresa.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pediu ontem, durante a sessão do plenário, que os líderes dos partidos na Câmara e no Senado cheguem a um acordo para que a Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO) seja discutida e votada nos dias 29 e 30 deste mês.

Antonio Carlos lembrou que o Congresso, pela Constituição, não pode entrar em recesso no mês de julho caso a LDO

não esteja votada. O presidente disse acreditar na votação da LDO até o dia 1º de julho, uma quarta-feira, apesar de a Ordem do Dia da Câmara estar "carregada de assuntos polêmicos".

Homenagem a Sérgio Motta adiada para o final do mês

Por motivos de agenda, o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem, em plenário, o adiamento para o final do mês, da sessão conjunta da Câmara e do Senado em homenagem ao ex-minis-

tro das Comunicações, Sérgio Motta, que havia sido marcada para hoje.

Segundo ACM, o adiamento se deveu a dificuldades de agenda da Câmara dos Deputados, que deverá concluir hoje a vota-

ção da reforma previdenciária. "A família de Sérgio Motta, bem como seu partido, o PSDB, foram avisados e concordaram com a necessidade de postergação da homenagem", disse Antonio Carlos.

Eleição é tema de encontro com Scalco

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o ex-deputado Euclides Scalco, coordenador político da campanha pela reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. À saída, Scalco disse ter procurado o senador Antonio Carlos para "apresentar-se e fazer uma avaliação geral do quadro eleitoral".

De acordo com o coordenador político, "o senador Antonio Carlos tem razão quando observa que o candidato da oposição chegou a seu limite de crescimento". Scalco revelou que as reuniões com Anto-



Euclides Scalco conversou com Antonio Carlos sobre o quadro eleitoral

nio Carlos serão realizadas sempre que for necessário. Após o encontro com o presidente do

Senado, o ex-deputado foi visitar o presidente da Câmara, deputado Michel Temer.

Presidente contesta declaração de Galvão

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que a decisão contra a aposentadoria especial dos magistrados não afeta os direitos adquiridos dos juízes que atuarão nas eleições, ao contrário do que declarou o presidente do TSE, ministro Ilmar Galvão:

— O ministro pode defender os juízes, mas não pode fazer pressão sobre o Congresso. Os direitos adquiridos serão plenamente

respeitados, o ministro Waldeck Ornelas já deu várias declarações nesse sentido. Um magistrado do valor, do mérito do ministro não pode incorrer nesse equívoco — afirmou.

Antonio Carlos reiterou que não colocará em votação o projeto que concede gratificação aos professores enquanto perdurar a greve da categoria. "São eles que acabarem com a greve", garantiu.

O senador rebateu declarações do ex-governador Leonel Brizola, que o acusou de defender a privatização da Telebrás por ser "sócio" da Rede Globo. "O Brizola sabe que não sou sócio da Globo, uma instituição que ele há muito tempo persegue. Essa perseguição já é fruto da sua patologia. Ele é doente há muito tempo e, de vez em quando, as coisas se aceleram", disse.